



**GT – 01: Agronegócio globalizado, urbanização e reestruturação urbano-regional e das cidades**

## **COMUNIDADES CAMPONESAS E A APROPRIAÇÃO DE TERRAS, ÁGUAS E VIDAS NO EXTREMO OESTE BAIANO**

### **Cronologia e Geografia dos Conflitos**

Autor(01): Pedro Bordinhão dos Santos Barbosa  
Filiação institucional: Universidade Federal do Rio de Janeiro  
E-mail: bordinhao21@gmail.com

**RESUMO:** O Extremo Oeste da Bahia, habitado por comunidades tradicionais há mais de dois séculos, enfrenta intensos conflitos devido à disputa por terras e recursos naturais por parte do agronegócio. A escalada desses embates decorre da elevada valorização da soja enquanto *commodity* e da terra e água como ativos financeiros. O presente trabalho busca contextualizar esses conflitos no tempo e no espaço, utilizando dados provenientes de revistas publicadas pela Comissão Pastoral da Terra, artigos publicados em jornais, materiais de autoria de organizações locais e periódicos *online*. Por meio de recursos gráficos e bibliografia especializada, pôde-se expor as assimetrias locais de poder.

**Palavras-chave:** Conflitos no Campo; Extremo Oeste Baiano; Agronegócio.

## 1. INTRODUÇÃO

---

Compreendendo um total de 24 municípios e três microrregiões, a mesorregião do Extremo Oeste da Bahia possui uma área de aproximadamente 117 mil km<sup>2</sup> e localiza-se à margem esquerda do Rio São Francisco (IBGE; SANO; PINHATI, 2009). Composta por uma vasta rede hidrográfica proveniente das bacias dos Rios Grande e Corrente, à montante do Rio São Francisco, e Carinhonha, à sua jusante, a região está em interação direta com o Planalto Ocidental do Rio São Francisco, o que garante um regime pluviométrico regular, fato que convém para seu caráter de reservatório regularizador dos fluxos hídricos à jusante (CARDOSO, 1957). Conta para a manutenção do ecossistema local, também, a presença do Sistema do Aquífero Urucuia (SAU) que alimenta os rios integrantes da bacia do São Francisco (BONFIM, 2019 *apud* BARBOSA, 2016, p. 12).

À parte a descrição física da mesorregião, cabe ressaltar que a mesma se insere nos limites do bioma Cerrado (IBGE) e que a ocupação humana na área registrou um aumento vertiginoso a partir da década de 1970, sendo tal situação possível graças à implementação de projetos visando a modernização tecnológica do setor agrícola da região (VIGROUX et al., 2023; BRANDÃO, 2010; BONFIM, 2019). Coube à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) atuar para a expansão de projetos de irrigação nos municípios de São Desidério e Barreiras, além da instituição de colonizações guiadas por parte de migrantes provenientes da região Centro-Sul do país (VIGROUX et al., 2023; BRANDÃO, 2010; BONFIM, 2019, p. 39). A modernização pretendida, portanto, teve em projetos estatais, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados II (PRODECER II) de 1985, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), e em pesquisas científicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os subsídios materiais necessários para um intensivo processo de apropriação de terras na região (BONFIM, 2019). Taxas anuais de crescimento urbano girando em torno de “7,11% entre 1970 e 1980, de 7,58% de 1980 a 1990 e [...] de 4,18% no intervalo de 1991-1996” (BRANDÃO, 2010 *apud* BAHIA, 1997, p. 47) dotaram o município de Barreiras, por exemplo, do maior acréscimo populacional do estado nos referidos decênios.

Deve-se atentar, porém, que a preexistência de sociedades camponesas e comunidades tradicionais na região ultrapassa os 200 anos de existência (CRUCIOL, 2021; RIGONATO,

2017) e, além disso, multiplicam-se em diversidade, coexistindo com as populações de Fundo e Fecho de Pasto, também, as comunidades ribeirinhas, quilombolas e demais organizações camponesas. Tal multiplicidade de modos de vida se deu em função do isolamento relativo da região em relação às atividades econômicas do “Além São Francisco” durante o período colonial até o início do século XX, o que permitiu a assimilação de práticas e técnicas próprias das sociedades autóctones do Cerrado pelos novos ocupantes do Brasil central (RIGONATO, 2017, pag. 96). Praticantes de uma agricultura pouco intensiva em tecnologia, os camponeses que se estabeleceram na região ainda no século XIX e que, durante o século XX, desenvolveram vastas redes de irrigação por gravitação, os “regos”, viram seus territórios utilizados para o cultivo e pastagem serem reduzidos e limitados às margens de grandes propriedades próximas às regiões com maiores índices pluviométricos (i.e. ao Planalto Central) durante o último quartel do último século (VIGROUX et al., 2023; ACCFC, 2017; CRUCIOL, 2021).

A chegada dos anos 2000 trouxe a intensificação de conflitos que já caminhavam para seu recrudescimento, visto que, com a alta de preços das *commodities* agrícolas, o interesse pela apropriação de novas terras intensificou-se e, em consonância a isso, a necessidade por novos recursos naturais se deu. A emergência de uma lógica de acumulação pautada em medidas político-econômicas neoliberais transformou a porção da fronteira agrícola situada no Extremo Oeste baiano em espaço privilegiado para a expansão de agentes corporativos mais capitalizados e especializados, o que promoveu a “alienação, individuação, abstração, valoração e deslocamento” (BÜHLER; OLIVEIRA, 2016, p. 13) da natureza de seus aspectos associados à manutenção de modos de vida tradicionais e camponeses. Conflitos de maior intensidade foram desencadeados e a região entrou em um *continuum* de choques entre os interesses das comunidades tradicionais e os de empresários ligados ao agronegócio.

Entendendo que o movimento de expansão da fronteira agrícola via “frente pioneira” (MARTINS, 1972) baseia-se, fundamentalmente, na propriedade privada da terra em detrimento da ocupação histórica de posseiros e povos originários (BONFIM, 2019, p. 56 apud FOWERAKER, 1981) e que, em função desta, se estabelece uma dinâmica de acumulação por espoliação (BÜHLER; OLIVEIRA, 2016, p. 14 apud HARVEY, 2010) que desencadeia a institucionalização da luta de classes (BONFIM, 2019, p. 49 apud FOWERAKER, 1981, p. 38), pode-se afirmar que, no contexto da região estudada, a materialização desse conflito se dá em torno da propriedade da terra e água. No entanto, a agência desses eventos remonta não só à

iniciativa privada de empresários do agronegócio, senão, também, aos incentivos implícitos perpetrados pelo Estado que, a seu modo, colhe benefícios da *commodificação* da natureza nos espaços de agricultura neoliberal (BÜHLER; OLIVEIRA, 2016, p. 13) (BONFIM, 2019, p. 56 apud FOWERAKER, 1981).

Objetiva-se, portanto, apresentar de maneira gráfica e sistematizada os diferentes tipos de conflitos existentes na região de estudo e organizá-los na forma de tabelas, gráficos e mapas, contando, para isso, com uma distinção entre as diferentes comunidades tradicionais presentes na mesorregião e de que maneira cada município interage com o total de embates. Ademais a isso, buscou-se explicitar no tempo o desenvolvimento dinâmico dos conflitos, revelando seus padrões e interações com as diferentes conjunturas econômicas e históricas que se deram no Extremo Oeste da Bahia.

## 2. METODOLOGIA

---

A metodologia do trabalho consistiu na coleta de informações a partir da leitura de vinte e quatro edições da revista *Conflitos no Campo Brasil*, de autoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), começando no ano de 1998 e terminando em 2023. Os eventos foram organizados a partir da localização, da quantidade de famílias envolvidas e impactadas, comunidades partícipes e do número de incidentes por ano. Diferentes sessões das revistas englobam eventos relacionados à região estudada, sejam conflitos por água, casos de trabalho análogo à escravidão, superexploração, manifestações políticas e ameaças de morte, e assim sendo, decidimos incorporar alguns desses fatos ao conjunto dos resultados apresentados. Ademais, também foram analisados documentos da AATR (Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais) que, revelando dados sob outro escopo, também possibilitaram uma apreensão desde o ponto de vista legal dos conflitos.

Concomitantemente, a partir de jornais locais e periódicos *online*, puderam ser identificados eventos com graus maiores de detalhamento, sendo possível a identificação dos atores, das localidades afetadas e dos diferentes percursos pelos quais os embates deram-se no espaço e no tempo. Dessa maneira, diferentes escalas de análise puderam ser mobilizadas para que se trabalhassem os conflitos nos seus aspectos estruturais, ou seja, questionando quais mecanismos, para além do uso da força, foram utilizados quando da ocorrência de disputas por terra e recursos.

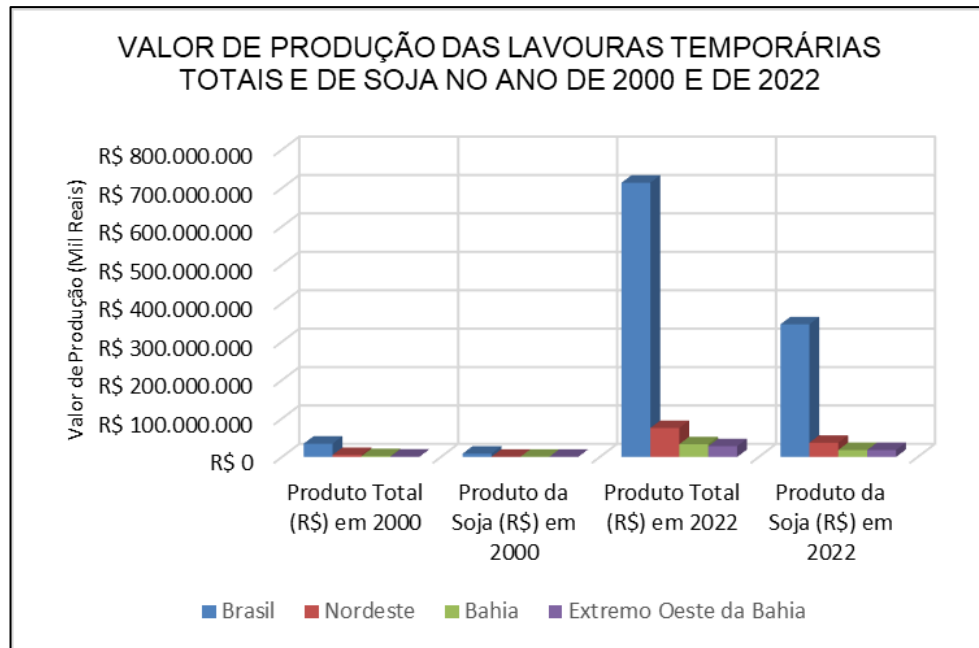
Seguinte à coleta de dados foi realizada a sistematização do material em tabelas e gráficos no software *Excel* para, em seguida, serem transpostos na forma de mapas temáticos construídos via software *ArcGIS Pro*, sem dispensar, no entanto, o auxílio proporcionado pela revista minuciosa das imagens de satélite disponíveis no software *Google Earth Pro*. Vale ressaltar que poucos eventos contaram com desfechos em que resoluções conjuntas foram alcançadas, tendo a maioria encerrando-se por meio de ações arbitrárias de uma das partes ou, como em alguns casos, por meio do intermédio do poder público (dos vinte e sete conflitos identificados e selecionados por meio da amostragem de notícias *online*, dezessete apresentaram algum tipo de encerramento).

### **3. RESULTADO E DISCUSSÃO**

---

A relevância cada vez maior da produção sojeira no quadro geral da economia nacional pode ser exemplificada, primeiro, pelos números crescentes de sua participação nos montantes de valor produzido pelas lavouras temporárias do país, da região Nordeste, da Bahia e da mesorregião do Extremo Oeste baiano (Gráfico 1). Enquanto em 2000 o produto financeiro da soja representava 25% de tudo que o país produzira em lavoura temporária, no ano de 2022 a porcentagem chegava aos 48%. Na região nordeste ocorre similar crescimento, passando de 10% para 49% de todo valor produzido. Na Bahia o salto é de 20% para 54% de participação, e no Extremo Oeste do estado, nossa área de estudo, há um aumento de 48% para 65% (SIDRA/IBGE).

Gráfico 1: Valor de produção das lavouras temporárias totais e de soja no ano de 2000 e de 2022

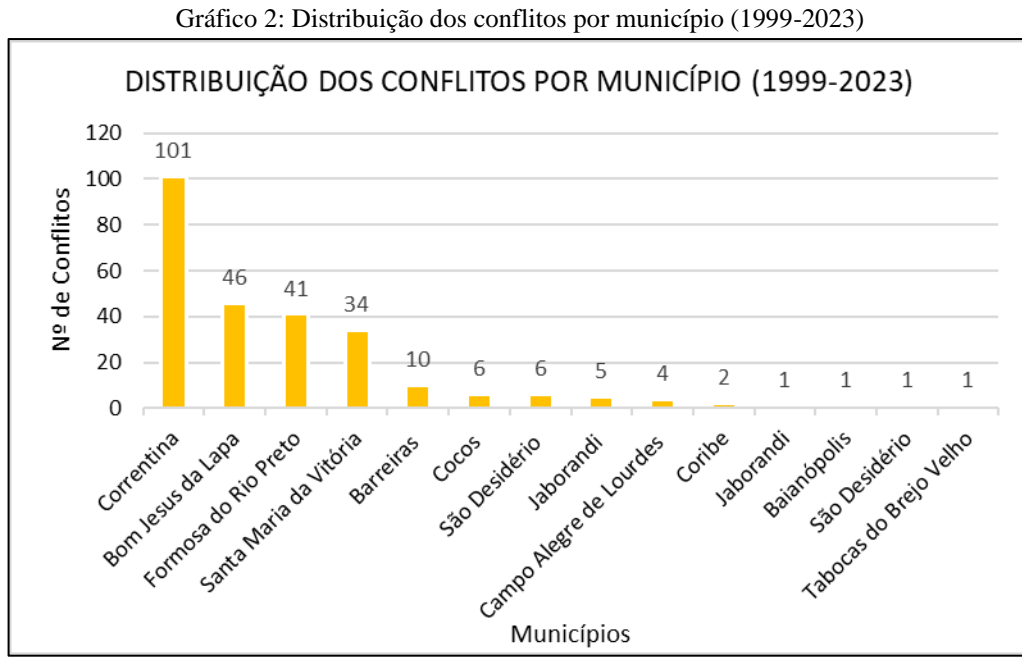


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIDRA/IBGE

O salto expressivo que a produção de soja realiza no período de vinte e dois anos revela que à parte o Brasil, o Nordeste e a Bahia, a mesorregião do Extremo Oeste baiano passa a conceber uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004) constituída de um componente “funcional” não mais voltado para a “construção material do território como abrigo e base de ‘recursos’ com uma profunda identificação” simbólica (HAESBAERT, 2004), mas sim para a consolidação de um importante nóculo de ligação dos “territórios-rede” que povoam o comércio globalizado. Importando, dessa forma, que ao espaço seja atribuído novo sentido vinculado ao modelo intensivo em tecnologia que o agronegócio defende, sem, no entanto, prescindir de lutas sociais e simbólicas fundamentais (BÜHLER; OLIVEIRA, 2016).

A região será vítima, então, de um choque contínuo entre, de um lado, os povos tradicionais que reproduzem suas vidas materiais a partir dos ciclos da natureza e suas formas de organização produtiva e espacial próprias e, do outro, os agentes do agronegócio que se multiplicam em variedade e escala: pistoleiros, grileiros, agronegociantes, forças policiais e demais agentes do Estado.

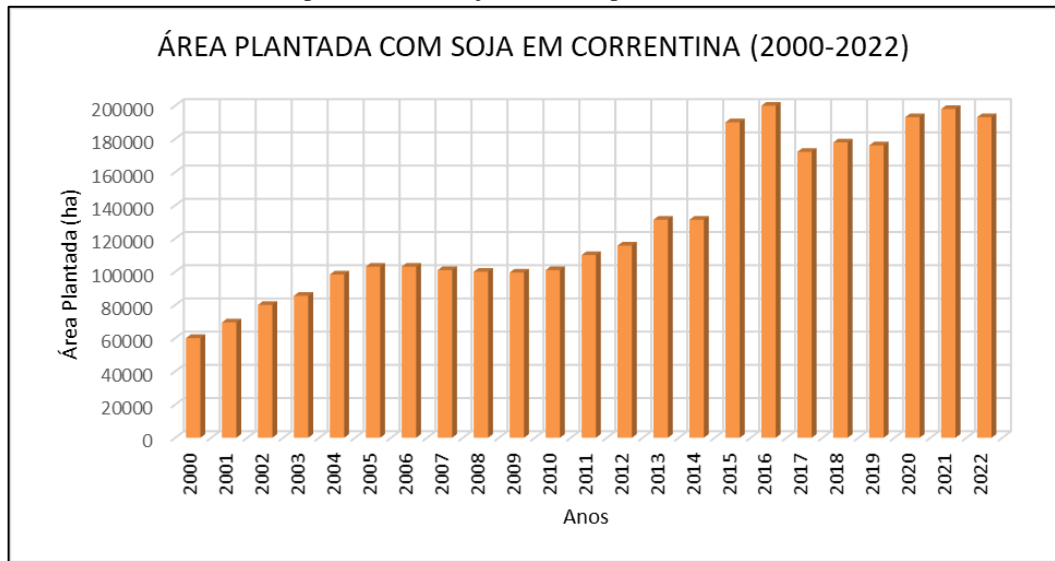
É representativo que o município de Correntina concentre a maior quantidade de comunidades em conflito, assim como a ocorrência dos mesmos, correspondendo a um total de 101 ocorrências de 259, o equivalente à 61% do total (Gráfico 2).



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da CPT

Alguns dos sinais da relevância do município estão, primeiro, na fatia de 11% que representa no todo do que foi produzido em valores na mesorregião no ano de 2022 (IBGE), e, em seguida, no crescimento em 69% de áreas plantadas com soja entre 2000 e 2022 (Gráfico 3).

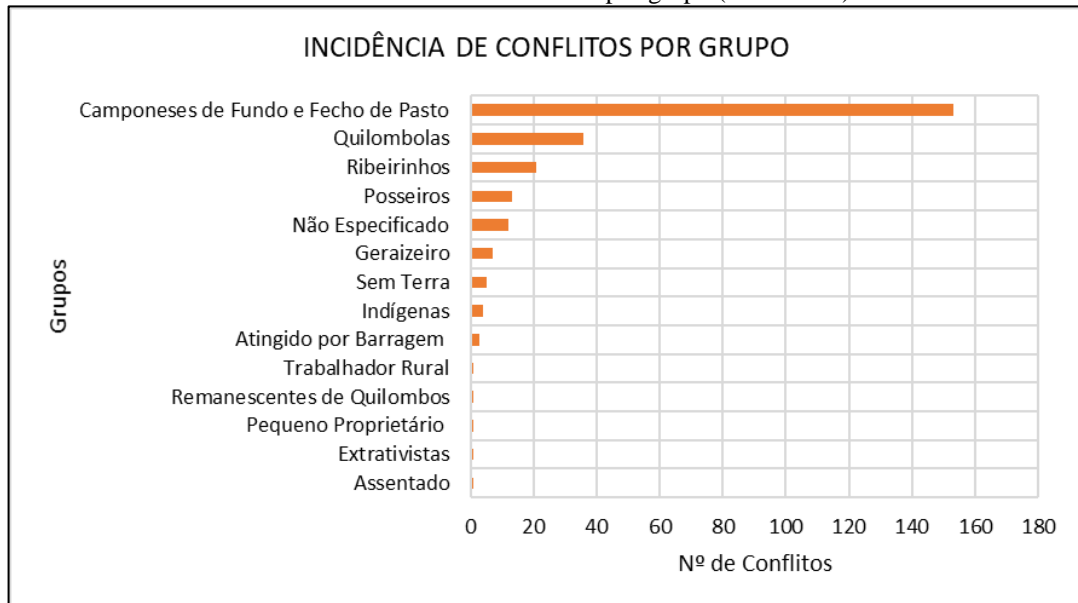
Gráfico 3: Área plantada com soja no município de Correntina (2000-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIDRA/IBGE

Dentre as comunidades tradicionais atingidas, são as de Fundo e Fecho de Pasto que mais acumulam ocorrências quando comparadas com as demais, e o motivo disso reside na apropriação cada vez maior de terras em direção aos “baixões”, planícies alagadiças situadas à Leste, e no controle das águas que servem à irrigação das grandes propriedades (Gráfico 4).

Gráfico 4: Incidência de conflitos por grupo (1999-2023)



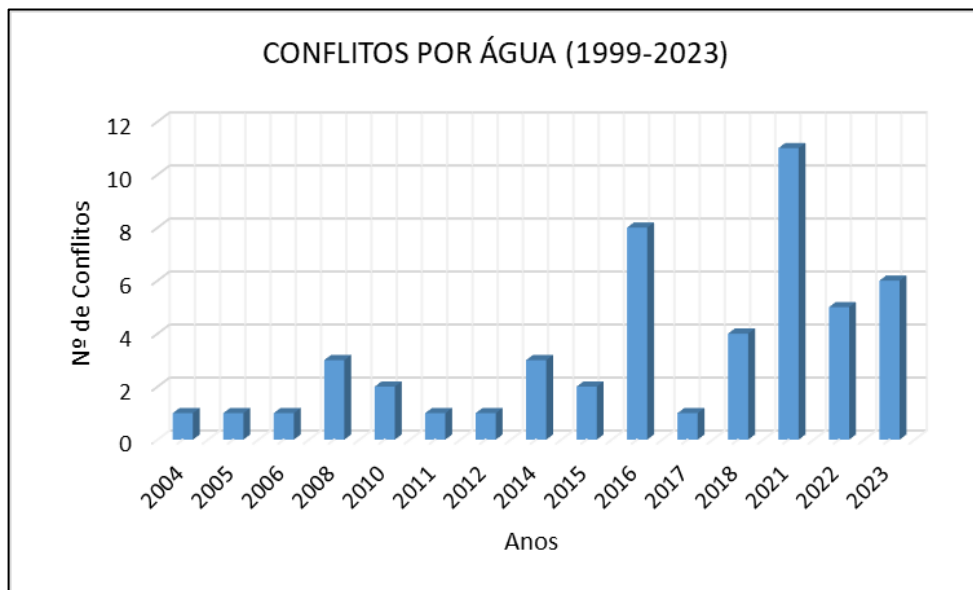
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da CPT

No entanto, as populações ribeirinhas, que são igualmente vítimas da apropriação intensiva das águas, entram em choque com projetos de construção de Pequenas Centrais

Hidroelétricas que, por sua vez, demandam o alagamento de largas porções de terra para que operem normalmente. Comunidades quilombolas situadas mais à Leste da região, próximas do Rio São Francisco, sofrem com a instalação de projetos de infraestrutura que desconsideram seus territórios, como é o caso das contendas envolvendo a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

Outro conjunto relevante de dados são aqueles que correspondem aos conflitos por água temporalmente, revelando um crescimento continuado dos eventos (Gráfico 5) e a predominância do município de Correntina dentre as localidades que registraram mais ocorrências, 26% do total dos conflitos. A construção do mapa relativo aos conflitos hídricos ainda está em execução e apresenta (desde os dados da CPT) categorias próprias que fazem referência ao “tipo de conflito” em questão e a “situação/desfecho” da contenda.

Gráfico 5: Conflitos por água (1999-2023)

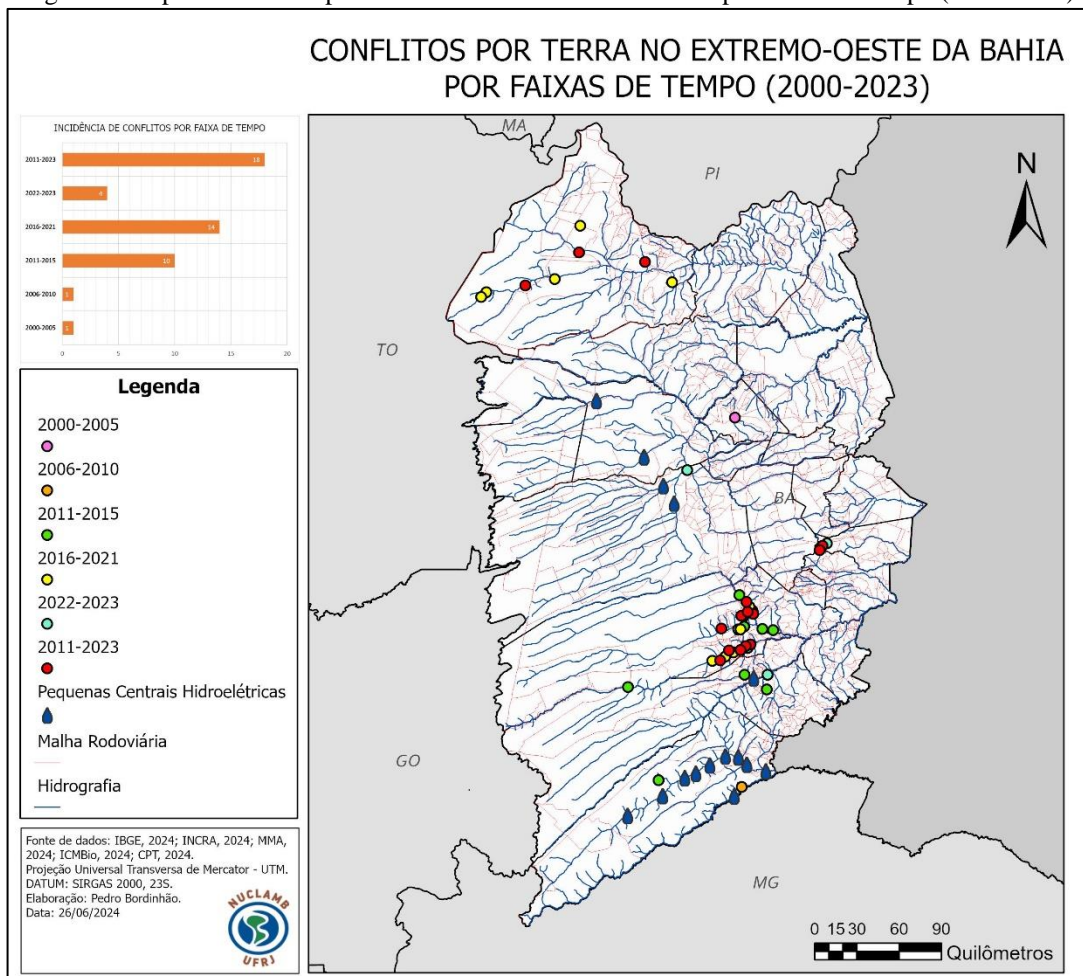


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da CPT

O mais relevante resultado obtido a partir da sistematização dos dados recolhidos nas revistas Conflitos no Campo Brasil (CPT) foi a expressão gráfica da espacialidade dos embates por terra existentes na região desde os anos 2000. Dessa maneira, utilizando o *Google Earth Pro* como ferramenta, buscou-se detalhadamente as comunidades localizadas dentro dos perímetros municipais e, com o auxílio do *software ArcGis Pro*, tornou-se possível a construção de um mapa preliminar que contém a localização precisa de comunidades que puderam ser

encontradas via imagens de satélite (Fig. 1). Nele pode-se verificar que grande parte dos conflitos se deram nas localidades que margeiam os rios da região, e em especial o rio Corrente. Assim, foram formuladas seis classes que representam faixas de tempo, em anos, em que as comunidades viveram conflitos por terra, porém, cabe salientar que a faixa que vai de 2011 a 2023 (pontos em vermelho) representa aqueles locais em que embates ocorreram nas três faixas compreendidas ali dentro, sendo, como se pode ver, o grupo com a maior quantidade de localidades (apareceram não só em um grupo de anos, mas nos três compreendidos nesses doze anos). Também foram demarcados os lugares onde existem Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que em função da necessidade de se alagar determinadas áreas e alterar a vazão dos rios também acarreta problemas graves para as comunidades camponesas.

Figura 1: Mapa de conflitos por terra no Extremo Oeste da Bahia por faixas de tempo (2000-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da CPT e IBGE

A proximidade das comunidades em conflito em relação aos rios que rasgam a área de estudo é natural, pois, como expresso por Porto-Gonçalves (2018):

“[...] é da região de nosso interesse mais imediato de estudo que emanam as principais bacias hidrográficas que vão alimentar o rio São Francisco, com seus afluentes e subafluentes da margem esquerda, como o rio Carinhanha, Corrente (e seu afluente Arrojado, onde estão localizadas as fazendas do grupo Igarashi) e Grande. Observe-se, ainda, que as precipitações pluviométricas também são maiores na mesorregião do Extremo Oeste Baiano e vão declinando em direção ao vale são-franciscano” (Porto-Gonçalves, 2018, p. 19).

Será, portanto, nessa região que os agentes do agronegócio encontrarão o espaço ideal para a construção de pivôs-centrais de irrigação que, consumindo as águas de rios que antes serviam para o uso de “rodas d’água de madeira, o plantio em sítios irrigados e a construção de inúmeros canais de terra batida” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 23), agora passam a drenar amplos estoques hídricos que serviam às populações locais e seus roçados.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O trabalho aqui empreendido assume que para a análise de quadros sociais tão complexos como os que existem nos territórios ocupados pelo agronegócio é necessário que se privilegie o conflito enquanto fenômeno empiricamente verificável e conceito, visto que nele residem as contradições naturais a todo tipo de proposta que abarque múltiplos interessados (PORTO-GONÇALVES, 2018). Os consensos sociais e políticos a que almejam os agrupamentos humanos não prescindem de conflitos, visto que são esses os sinalizadores de suas contradições, e no caso em tela, diga-se, na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, o que há é uma assimetria completa em termos de recursos para a reprodução material da vida.

Considerando que a “‘propriedade’ e ‘ausência de propriedade’ são [...] as categorias básicas de toda situação de classe” (WEBER, 1966), e que a “‘situação de classe’ é, nesse sentido, em última análise, uma ‘situação de mercado’” (WEBER, 1966), pode-se já distinguir os camponeses (em seus múltiplos agrupamentos tradicionais) dos agronegociantes (em suas múltiplas escalas de ação) por meio das diferentes formas de propriedade que uns e outros possuem (propriedade da terra, dos recursos naturais, técnicos ou da força de trabalho, p.ex.).

Logo, a partir do momento em que há a consolidação do capital bancário na formação da moderna agricultura brasileira, passa-se a outro nível de complexificação das relações de propriedade, visto que não mais coabita uma integração puramente técnica-industrial, mas sim de capitais fictícios internacionalizados que prescindem do controle direto de agentes brasileiros e, muito menos, do Estado (BONFIM, 2019, p. 42 apud PORTO-GONÇALVES, 2005). E assim o campesinato, os pequenos agricultores e povos tradicionais vão sendo marginalizados do concerto geral da economia nacional.

É nesse quadro que ao analisar o relatório *Rising Global Interest in Farmland: Can it Yield Sustainable and Equitable Benefits?* (2011) de autoria do Banco Mundial, em comparação com a realidade de países do hemisfério Sul que passaram por apropriações intensivas de terras, águas e demais recursos, Tania Murray Li (2015) afirma que:

“[...] wheter capital is tiny or large in scale, it always seeks subsidies (favorable regulations, free land and water, externalizable costs), and pushes down on the price of labor, unless organizaed resistance and political settlements hold it in check” (Li, 2011, p.15).

A promoção de resistência organizada por parte dos camponeses é uma prática contínua e que garante o mínimo para que possam realizar a sua sobrevivência nesses espaços. É, no entanto, variada a forma como as contradições se fazem no território. Para que a pesquisa possa avançar ainda mais no trabalho de revelar as interações socioespaciais que conformam a inequidade, estamos agora refinando os dados relativos à presença de trabalho análogo à escravidão, manifestações políticas e demais detalhes que as revistas *Conflitos no Campo Brasil* (CPT) possam revelar quando de sua leitura atenta.

## 5. REFERÊNCIAS

---

AATR. **Legalizando o Ilegal: Legislação Fundiária e Ambiental e a Expansão da Fronteira Agrícola no MATOPIBA**. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/PEDRO/Downloads/LEGALIZANDO%20O%20ILEGAL%20(1).pdf>. 23 maio. 2023.

ACCFC. **Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e seu modo próprio de convivência e manejo da sociobiodiversidade do cerrado: história, direitos e desafios.** In. Correntina, Bahia: Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente/ Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2017.

BONFIM, Joice Silva. **Apropriação das águas, Matopiba e territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia: as águas sem fronteiras de Correntina.** 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

BRANDÃO, P. R. B. . **A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985).** GeoTextos, [S. l.], v. 6, n. 1, 2010. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v6i1.4304. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4304>. 23 mai., 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 1998.** Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 1999.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 1999.** Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2000.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2000.** Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2001.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2001.** Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2002.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2002.** Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2003.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2003.** Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2004.** Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2005.

- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2005**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2006**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2007**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2008**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2012**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2013**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Secretaria Nacional da CPT, Goiânia, abr. 2024.

CRUCIOL, J. H. **O Sistema agropastoril de comunidades de fecho de pasto no Vale do rio Arrojado: história agrária, especificidades e dinâmicas de resistência**. Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

CUNHA, R. C. C. **A Geoeconomia da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, Samuel Britto das. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA**. 2018. Disponível em <http://www.lemto.uff.br/index.php/noticias/44-correntina>. Acesso em 15/06/2024.

SOUZA, Claudia de. **Nos interstícios da soja : resistências, evoluções e adaptações dos sistemas agrícolas localizados na região do Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano**. Tese de doutorado. CDS-Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 10/07/2024.

BÜHLER, Ève Anne; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. Técnica e natureza no desenvolvimento do “agronegócio”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 261-280, maio/ago. 2016.

BÜHLER, Ève Anne; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. A neoliberalização da natureza na fronteira agrícola do Cerrado nordestino. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 262–288, jul./dez. 2019.

CARDOSO, Maria Francisca. Esboço Morfológico do Planalto Ocidental do São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, v.19, n. 1, p. 87-92, jan./mar. 1957.

COMITÊ cobra respostas sobre denúncias de violência da fazenda Estrondo contra comunidades geraizeiras. **Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos**, 2019. Disponível em: <[https://comiteddh.org.br/ultimas-noticias/comite-cobra-respostas-sobre-denuncias-de-violencia-da-fazenda-estrondo-e-empresas-do-agronegocio-contra-comunidades-geraizeiras/?fbclid=IwAR1JazdUt1fUti3tiWhY27Gji9NQI0BSKjsptuJMyMf\\_DP5roqDwnxCCkc](https://comiteddh.org.br/ultimas-noticias/comite-cobra-respostas-sobre-denuncias-de-violencia-da-fazenda-estrondo-e-empresas-do-agronegocio-contra-comunidades-geraizeiras/?fbclid=IwAR1JazdUt1fUti3tiWhY27Gji9NQI0BSKjsptuJMyMf_DP5roqDwnxCCkc)>. Acesso em: 06 dez. 2023.

COUZEMENCO, Fernanda. Ilegal, desmate autorizado pelo governo da Bahia é maior que a cidade do Recife. **O Eco**, 2021. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/ilegal-desmate-autorizado-pelo-governo-da-bahia-e-maior-que-a-cidade-do-recife/#comments>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. *New frontiers of land control: Introduction*. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, out. 2011.

PRAGER, Alicia; MILHORANCE, Flávia. De arma na cintura, agronegócio tenta expulsar comunidades tradicionais do cerrado. **Intercept Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2018/03/22/agronegocio-expulsar-comunidades-tradicionais-cerrado/>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

RIGONATO, V. D. Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA. 2017. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SANO, Edson; PINHATI, Filipe. Espaço Rural do Oeste Baiano: Identificação de Áreas Agrícolas sob Sistema de plantio direto por meio de dados obtidos por câmera digital e satélite CBERS-2 CCD. **Geografia**, v.34, n. 1, p. 117-129, jan./abr. 2009.

SODRÉ, Gabrielle. 22 anos de luta e resistência dos atingidos no oeste da Bahia. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, 2021. Disponível em: <<https://mab.org.br/2021/05/27/22-anos-de-luta-e-resistencia-dos-atingidos-no-oeste-da-bahia/>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

SOUZA, Claudia de. **Nos interstícios da soja : resistências, evoluções e adaptações dos sistemas agrícolas localizados na região do Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano**. 2017. 337 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VIGROUX, Florian *et al.* *Unequal coexistence in the Northeastern Cerrado*. **Revue Internationale des Études du Développement**, n. 251, p. 285-317, 2023.

WEBER, Max. Classe, “Status”, Partido. *In*: VELHO, Otávio G. C. A.; Palmeira, Moacir G.; BERTELLI, Antônio R. (org.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 61-83.